TC-009.451/2013-7
Tomada de Contas Especial
Município de Sucupira do Norte/MA

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Benedito Sá de Santana, ex-prefeito do Município de Sucupira do Norte/MA, e de seu sucessor, Sr. Marcony da Silva dos Santos, em razão da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos do Convênio nº 655696/2008, cujo objeto era “*a assistência financeira, visando à aquisição de veículo automotor, zero quilômetro, de transporte coletivo, destinado exclusivamente ao transporte diário de alunos da Educação Básica*” (peça 1, p. 122).

Citados por este Tribunal em razão da omissão no dever de prestar contas (peças 6 e 7), os responsáveis apresentaram suas alegações de defesa (peças 11 e 12). Após analisá-las, a Secex/MA, embora afastando a responsabilidade do Sr. Marcony da Silva dos Santos, confirmou a omissão no dever de prestar contas atribuída ao Sr. Benedito Sá de Santana (peça 16).

Ademais, por considerar insuficientes os elementos apresentados pelo ex-prefeito a título de prestação de contas, a Unidade Técnica promoveu nova citação do Sr. Benedito Sá de Santana em razão da falta de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do convênio, tendo em vista a ausência dos seguintes documentos: “*relatório do cumprimento do objeto; relatório de execução física; demonstrativo da execução financeira da receita e da despesa; relação de pagamentos efetuados; relação de bens adquiridos; cópia autenticada do Certificado de Registro de Veículo (CPV) em nome do município; cópia da apólice do seguro total do veículo; e comprovante de recolhimento do saldo de R\$ 493,00*” (peça 20, p. 1).

Todavia, conquanto devidamente citado, o responsável deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentação de sua defesa (peça 11, p. 1, e peças 20 e 22).

Dessa forma, em sua derradeira instrução técnica (peça 25), ao confirmar as irregularidades atribuídas ao ex-prefeito, a Secex/MA, entre outras medidas, propôs julgar irregulares as contas do Sr. Benedito Sá de Santana, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei n.º 8.443/92, condenando-o por débito correspondente ao montante de recursos repassados ao município, no valor de R\$ 125.482,50, bem como lhe aplicando a multa do art. 57 da mesma lei.

Manifesto, desde já, anuência às razões que nortearam a proposta da Unidade Técnica, incorporando-as a este parecer com as considerações que passo a tecer.

Além de não ter sido o responsável pela gestão dos recursos, o Sr. Marcony da Silva dos Santos, depois de cientificado das possíveis irregularidades cometidas por seu antecessor, adotou medidas com vistas a resguardar o patrimônio público. Portanto, mostra-se acertada a proposta de afastar sua responsabilidade.

Em resposta à primeira citação, o Sr. Benedito Sá de Santana argumentou que já havia encaminhado ao concedente, via correio, a prestação de contas do convênio. Para respaldar sua assertiva, apresentou comprovante de postagem de objeto por meio de “sedex”, em que o CEP do destinatário corresponderia ao do FNDE (peça 11, p. 1 e 67-68). Ocorre que, sem indicar o objeto e a data de postagem, tal comprovante não é suficiente para comprovar o envio da prestação de contas àquele Fundo. Com isso, resta caracterizada a omissão no dever de prestar contas.

Naquela oportunidade, o ex-prefeito também acostou aos autos cópias de diversos documentos a título de prestação de contas, quais sejam: extratos bancários, cheque, comprovantes de depósitos em conta corrente, nota de empenho, nota fiscal, edital de licitação e contrato celebrado entre a prefeitura e a fornecedora do veículo (peça 11, p. 2-66).

Os referidos elementos sinalizam que o veículo foi adquirido e os recursos públicos foram destinados à execução do convênio. No entanto, a despeito do que dispunha a cláusula nona do termo de convênio (peça 1, p. 134.), o responsável não apresentou cópia autenticada do Certificado de Registro de Veículo (CRV) em nome do município. Conforme jurisprudência deste Tribunal, tal documento é essencial para comprovar que o veículo foi adquirido e incorporado ao patrimônio municipal. Nesse sentido, foram prolatados os Acórdãos 268/2012-Plenário, 2.086/2011-1ª Câmara, 3.773/2011-1ª Câmara, 4.203/2012-1ª Câmara e 4.765/2011-1ª Câmara.

Portanto, sem a devida comprovação da regular aplicação dos recursos federais, cabe responsabilizar o Sr. Benedito Sá de Santana por prejuízo ao erário equivalente à totalidade dos valores repassados ao município. Revela-se adequada, portanto, a proposta de julgar irregulares suas contas, com base no art. 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei n.º 8.443/92, condenando-o em débito e aplicando-lhe a multa do art. 57 da mesma lei. Todavia, tendo em vista a caracterização da omissão no dever de prestar contas, entendo que o julgamento pela irregularidade deva ser adicionalmente fundamentado na alínea “a” do inciso III do art. 16 da Lei n.º 8.443/92.

Ante o exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta da Secex/MA (peça 25, p. 3 e 4), sugerindo, contudo, que o julgamento pela irregularidade das contas do Sr. Benedito Sá de Santana seja fundamentado no art. 16, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei n.º 8.443/92.

Brasília, em 7 de fevereiro de 2013.

Sergio Ricardo Costa Caribé
Procurador